



## **ALFABETIZAÇÃO DESDE A EDUCAÇÃO INFANTIL: CAMINHOS POSSÍVEIS**

Márcia Onísia da Silva<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Este trabalho refere-se a um recorte de uma pesquisa sobre alfabetização desde a educação infantil. Trata de uma entrevista realizada com professoras deste nível de ensino, com objetivo de levantar suas concepções sobre o tema e mostrar como as atividades lúdicas podem favorecer o processo de apropriação da leitura e escrita como objetos sociais. Baseadas em referências atuais, na perspectiva construtivista, os resultados apontam para uma necessidade de promover o lúdico e o brincar com o destaque merecido. Velhas práticas de alfabetização são questionadas e a adoção de metodologias investigativas apontadas. Os resultados sugerem necessidade de novos estudos sobre o tema, inclusive no ensino fundamental para fins de comparação.

**Palavras-chave:** Alfabetização, Educação Infantil, Atividades Lúdicas, Planejamento.

### **INTRODUÇÃO**

Assistimos cada vez mais, as cobranças para que o processo de alfabetização das crianças seja antecipado. Em um cenário preocupante no Brasil, os dados analisados por grande parte das pesquisas, contemplam crianças até 09 anos e adolescentes, até 15 anos. Essa negligência com relação às crianças da educação infantil pode interferir, de forma negativa e mesmo retrógrada nas políticas de alfabetização para a infância, alcançando, inclusive, as crianças do ensino fundamental, que ficariam prejudicadas pela ausência de recomendações no nível anterior. Variando entre a total negação e a adoção de propostas de antecipação deste processo, o que se presencia é a incerteza sobre os melhores caminhos e um jogo de erros e acertos por parte dos gestores e professores.

Dúvidas constantes circulam no meio educacional, indo desde como implementar as políticas previstas como o Decreto de nº 9.765, de 11 de abril de 2019, que instituiu a Política Nacional de Alfabetização, os cadernos PNA e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, até a questão da idade certa, dos métodos, das atividades. Cimentados em práticas antigas, arcaicas e muitas vezes, apenas preparatórias, as



instituições continuam perpetuando as atividades que, há muito, já caíram por terra. Empregam os exercícios de coordenação motora e repetições em coro de letras, sílabas e palavras, descontextualizadas e sem sentido para a criança.

Para Soares (2018) a discussão é uma questão histórica, iniciada nas décadas finais do sec. XIX, coincidindo com as políticas de consolidação do sistema público de ensino. Neste período, os índices de alfabetização no Brasil estavam muito aquém dos internacionais. Analisando os estudos, identifica-se mais uma questão, um tanto complexa. A idade em que se avaliavam os índices de crianças alfabetizadas girava em torno daquelas entre 10 a 14 anos de idade, ou seja, havia uma negligência quanto às faixas etárias antecedentes, conforme pode ser visto no relatório do IBGE (1996). Negar o processo de construção do conhecimento elaborado e ativo das crianças que, imersas em um mundo escrito, tentam se apropriar dele, é negar sua capacidade de ser, estar e agir neste mundo e de elaborar seu próprio conhecimento, interagindo com o objeto “escrita”.

Neste contexto, esta pesquisa visa apresentar dados sobre atividades de alfabetização adotada desde os bebês até as crianças de 05 anos de uma instituição de educação infantil, apresentando como, de forma, gradativamente mais complexa, a instituição planeja e realiza atividades no seu cotidiano. O objetivo geral é mostrar como a presença da ludicidade pode favorecer as interações necessárias ao processo de construção da escrita pelas crianças e como as professoras atuam neste processo, intervindo e propondo atividades lúdicas. Uma entrevista com este grupo de professoras, mostrou como organizam o cotidiano das crianças, variando atividades em diferentes áreas de conhecimento para que a escrita fosse trabalhada, diariamente, na educação infantil.

Este trabalho percorreu suas concepções sobre alfabetização e métodos. Por meio da análise do conteúdo de suas respostas concluiu-se que a presença da ludicidade é fundamental para que a criança se envolva, de forma ativa e prazerosa em seu próprio processo de desenvolvimento e aprendizagem, se apropriando da escrita como objeto social e cultural, compreendido também como representação, ou seja, ancorado no sistema cognitivo portanto, para além das habilidades motoras.

## **METODOLOGIA**



Utilizada, neste estudo, as representações sociais tornam-se meio para análise do pensamento humano e, conforme Polli (2011) podem ser definidas como um conjunto de fenômenos ou um conceito que faz referência a uma teoria buscando explicá-los, se configura como um campo de estudos psicossociológicos. Os estudos que se baseiam na teoria, buscam a compreensão da representação social dos seres humanos acerca de fatos ou fenômenos e possibilitam sua análise. Trata-se de pesquisa qualitativa caracterizada, segundo Godoy (1995) pelo fato de ter o ambiente natural como fonte direta de dados e onde o instrumento fundamental é o pesquisador. Portanto, esta foi uma pesquisa descritiva. Este estudo foi feito nas seguintes etapas: coleta de dados por meio da entrevista clínica em formulários *on line*; transcrição dos protocolos, de acordo com as orientações relativas ao uso deste método; tabulação dos dados; identificação de conteúdos e da representação encontrada nas entrevistas; elaboração de categorias conforme as respostas encontradas.

A população que constituiu o estudo compôs-se por professoras de educação infantil, da rede pública de Viçosa-MG. A amostra constituiu-se de 14 professoras de uma instituição da rede pública. Destas, 12 retornaram. A pesquisa é um recorte de um projeto maior, intitulado: “Alfabetização nos cenários políticos e sociais: a formação de professores, a família e a criança no processo” ainda em andamento e foi aprovada no comitê de ética, da UFV, sob protocolo de autorização número 4.178.299.

Os dados foram coletados mediante a entrevista semiestruturada, com o objetivo de conhecer o pensamento/representações das professoras sobre a alfabetização, por meio de suas verbalizações.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Atualmente, a discussão sobre a alfabetização, em uma visão um tanto deturpada, gira em torno da criança pequena, acreditando-se que se “alfabetizarmos” as crianças desde a educação infantil, o país deixará de ser apontado como um país de analfabetos. No entanto, embora essa seja uma discussão de alta relevância (e quem sabe, o caminho para resolver o problema), o desconhecimento sobre o desenvolvimento infantil, com todas as implicações de uma série de fatores, cria um círculo vicioso, correndo-se riscos como não saímos de lugar nenhum ou anteciparmos a alfabetização. Ambas, penalizam as crianças menores, ou por negligência ou por força-



las na realização de atividades consideradas, no mínimo arcaicas e vazias de significado, uma vez que ainda não tem as habilidades cognitivas e motoras consolidadas.

A infância viveu um período histórico de silêncio no campo da educação, mas alçou, atualmente um status não imaginado na década de 1980, época em que as primeiras creches surgiam no país. Fato é que a educação infantil existe há muito tempo, mas somente foi reconhecida, como primeira etapa da educação básica, pela Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/96.

As décadas de 70 e 80 marcaram a criação de creches para atender às mães trabalhadoras, se constituindo apenas em locais de “cuidar” das crianças. A educação não era pensada nem exigida formação específica para atuar nestas instituições. As funções das cuidadoras eram apenas dar banho, garantir a alimentação, ministrar remédios etc. O brincar não era valorizado. Conforme Craidy (2002), a Constituição foi a abertura para a concepção de um novo paradigma no que diz respeito à criança e às instituições de educação infantil. Sua promulgação favoreceu o início da superação da tradição clientelista e paternalista que marcou a trajetória do Estado e da sociedade no Brasil.

Andrade (2010), ressalta que a história do atendimento à infância anterior à Constituição de 1988 mostrou a prevalência da ação de assistência social à infância desenvolvida por várias instituições, como os asilos infantis (século XIX), as creches, as escolas maternais e os jardins de infância (Andrade, 2010, p. 91). Evidencia-se, assim, que é a partir da Constituição de 1988 a infância se torna alvo de regulamentação, onde emerge uma preocupação maior com suas especificidades nos campos da educação, da sociologia, da economia, da política, da psicologia, dentre outros. Outros marcos históricos se seguiram à Constituição de 1988, destacando-se o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1980, com novas regulamentações sobre o atendimento à infância e a adolescência, estabelecendo as responsabilidades e impondo ao Estado a adoção de políticas de ações mais concretas, visando substituir as práticas corretivas, assistencialistas, a repressão no âmbito das ações socioeducativas.

Seguindo o trajeto histórico dessas políticas, em 1994 as diretrizes para a Política Nacional de Educação Infantil, trouxe uma série de documentos científicos que visavam firmar o compromisso com as crianças, especialmente, as de 0 a 6 anos de idade. Esta política de atendimento à infância foi se expandindo, até alcançar o campo da educação formal e à fomentar outros movimentos em prol da infância. O estado



assumia sua parcela de responsabilidade nos documentos legais e de outro reforçava o papel da família, atribuindo a corresponsabilidade a ambos.

Conforme Andrade (2010), A formulação da política de educação infantil reconhece o direito das crianças pequenas à educação, valorizando o papel da infância no desenvolvimento do ser humano e, sobretudo, a importância da educação na construção da cidadania. [...]. Os Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças veio logo em seguida, no ano de 1997. Este enfatizava os direitos das crianças e o papel das instituições na garantia desses direitos.

Em 1996, a LDB dedica parte de seu texto à educação infantil, tocando nos aspectos conceituais em que define o que constitui a educação infantil, atribui as responsabilidades e uma tímida orientação sobre a avaliação. Seguem-se a este documento, em 1998, os Subsídios para o credenciamento e o funcionamento das instituições de educação infantil, com o intuito de contribuir para a formulação de diretrizes e normas para as instituições de educação e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, contendo um conjunto de sugestões e subsídios para os professores de creches e pré-escolas. Em 2018, vem a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, com definições mais claras dos conteúdos, distribuídos em campos de experiência, formulando objetivos e definindo as faixas etárias. Ainda é alvo de estudos, discussões e controvérsias no âmbito da academia, por ser recente.

A definição em campos de experiência, considerado melhor estruturado nos documentos anteriores, absorveu áreas diferentes em campos comuns, o que gera uma confusão na organização dos conteúdos que podem ser contemplados com as crianças da educação infantil. Exemplo disso é a dissolução da área da linguagem e da escrita no campo de experiência “Escuta, fala, pensamento e imaginação” em que as atividades de representação (embora fundamentais para o desenvolvimento infantil e da leitura e escrita) estão diluídas, confundindo-se com as atividades relacionadas à área das artes.

Apesar de concepções, muito vezes distorcidas, sobre o brincar e sua importância no desenvolvimento da criança, as atividades lúdicas são “permitidas” na educação infantil. O decreto de nº 9.765, de 11 de abril de 2019, que instituiu a política nacional de alfabetização veio, na tentativa de se somar aos demais documentos. No entanto, ao definir o método fônico como meio para alfabetizar as crianças, provoca dificuldades como: redução das possibilidades de atuação do professor, engessando as



ações e colocando à margem, as iniciativas que têm, no lúdico, as principais atividades; sugestão de antecipação de algumas ações para as crianças da educação infantil, menosprezando o tempo necessário para aquisição e aprimoramento das habilidades básicas requeridas a este tipo de aprendizagem.

Conforme Soares (2018) a questão dos métodos não é nova, mas histórica:

esteve presente em nosso país, ao longo da história dos métodos de alfabetização, pelo menos desde as décadas finais do século XIX, momento em que começa a consolidar-se um sistema público de ensino, trazendo a necessidade de implementação de um processo de escolarização que propiciasse às crianças o domínio da leitura e da escrita (Soares, 2108, p. 16).

É neste cenário, que o brincar como meio é apontado neste trabalho. Ao avaliar políticas que visam a implementação dos programas de alfabetização, percebe-se que os métodos estão sempre no centro das discussões, o que levou a alternância desses métodos e as demais questões que já foram suscitadas, mas o brincar ainda não se destaca nos documentos oficiais. Dentre as atividades lúdicas que favorecem a alfabetização, não podemos deixar de citar a literatura infantil.

Experiências de leitura de histórias realizadas em berçários, relatadas por Brandão e Rosa (2011) mostram professoras de crianças até 2 anos, em que chama a atenção a disposição dos bebês para interagirem com a professora e com seus pares, tendo nas histórias um recurso simbólico. As atividades que envolvem a contação de histórias fazem parte da rotina diária. A rotina é organizada de forma que cada atividade tem seu momento para acontecer, podendo-se modificar de acordo com as necessidades.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A pesquisa foi realizada com docentes de duas escolas de educação infantil que, juntas, atendem a 180 crianças, distribuídas em período parcial, no turno da manhã ou da tarde, com idades entre 3 meses e 6 anos. Sobre as professoras, participantes deste estudo, as idades variaram de 25 a 50 anos, e atuam na educação infantil entre 02 a 20 anos. A faixa etária das crianças varia de 3 meses a 6 anos de idade. Neste artigo, as falas das professoras são identificadas pelo código PR, seguido de um número.

Mesmo a “alfabetização” sendo entendida por alguns como campo exclusivo do ensino fundamental, seu processo construtivo se dá desde o nascimento da criança. Quando entra no universo letrado, a criança já está inserida em um rico espaço propício



à construção das habilidades de leitura e escrita, respeitadas as especificidades de cada faixa etária. Os estudos de Emília Ferreiro foram o marco na compreensão de como a criança constrói seu conhecimento acerca da escrita, mostrando que, desde muito pequenas, já possuem hipóteses sobre o assunto. As perspectivas apresentadas por Ferreiro (2013) são as mesmas adotadas nestes espaços. As professoras responderam a uma entrevista com as seguintes categorias de análise: 1. Conceito de alfabetização; 2. Concepção sobre as idades das crianças x alfabetização; 3. Aspecto afetivo das famílias quanto à alfabetização; 4. Métodos de alfabetização e 5. As propostas adotadas pelas professoras.

Na categoria sobre o conceito, as respostas foram um tanto superficiais, do ponto de vista teórico, mas com uma resposta aprofundada, como mostram os extratos:

***PR1.** Um processo de construção e aquisição de habilidades, que acontece desde o nascimento.*

***PR2.** É um processo contínuo de construção de conhecimentos feitos de forma natural tendo oportunidade de experimentá-lo em sua complexidade.*

***PR8.** Alfabetização para mim é um processo ativo no qual a criança, desde bebê, no seu contato com a escrita, constrói e reconstrói hipóteses sobre sua natureza e funcionamento, atribuindo significado aos textos e símbolos que são utilizados para escrever, até que entenda toda sua configuração e sistema. A alfabetização não se constitui como uma atividade de memorização, decodificações e nem de oralização de palavras e textos. É um processo em que a criança, por meio de suas experiências e vivências diárias, em um mundo repleto de símbolos e signos, vai construindo seu conhecimento acerca da escrita, no seu tempo e a seu modo.*

Como aponta Ferreiro (2013) a escrita é “objeto de conhecimento” e, para crianças entre três e cinco anos, ela não é um instrumento, mas um dado do meio social que precisa ser transformado em um observável. Em geral, as professoras não apresentaram esta noção, apenas uma delas, que cita o sistema e a relação com o meio social.

Com relação à idade em que se deve iniciar o processo, houve unanimidade nas respostas, em que 100% das professoras apontaram que, desde bebês, as crianças, já inseridas em um meio social, estão em processo. A pergunta foi: “Você acredita que os



bebês estão em processo de alfabetização?” Os extratos a seguir mostram esta concepção:

**PR6.** Sim. Pensando nas características dos bebês, onde eles possuem os cinco sentidos de possibilidades, e eles iniciam o processo explorando os diferentes recursos oferecidos para eles e futuramente, possam construir seu conhecimento.

*PR7. Sim. Nos primeiros 18 meses os bebês se comunicam por meio dos gestos, posturas corporais, sorrisos, choros, vocalizações e expressões variadas, por meio destas sinalizações eles comunicam com a família, professoras e outras pessoas do seu convívio, e assim vai desenvolvendo a sua própria linguagem. Desta forma, eles precisam de estímulos para desenvolver as suas habilidades. No processo de alfabetização, a professora pode possibilitar aos bebês momentos de interação com o ambiente alfabetizador através da escrita e leitura de histórias, poesias, painéis com imagens familiares a eles, imagem/escrita, atividades de texturas variadas, escrita de poesias, parlendas, trava-línguas que podem ser coladas ao chão, interferências no espelho da sala, atividades com movimentos, músicas cantadas, enfim diferentes possibilidades podem ser oferecidas de acordo com as habilidades que podem ser desenvolvidas.*

Nas escolas comuns, são raras as concepções de professores que compreendem que a imersão no mundo letrado se dá desde o nascimento, mas no caso das professoras entrevistadas, é notável como já adotam essa perspectiva e isso é melhor apresentado quando falam de seu trabalho no cotidiano da escola.

Quanto ao aspecto afetivo das famílias em relação à alfabetização das crianças, segundo as professoras, aparecem aproximadamente, quando a criança está em torno de três anos de idade. O diálogo foi apontado pelas professoras como a melhor estratégia. No entanto, em geral, não colocaram o tipo de argumentação utilizada.

*PR4. Respondendo que eles já estão sendo alfabetizados. Que a alfabetização é um longo processo que começa bem antes do ano escolar e não se trata de acelerar nada, nem de substituir a tarefa de outras etapas com relação ao conteúdo de leitura e escrita. Que “Trata-se simplesmente de tornar natural o ensino e aprendizagem de algo que coexiste com as crianças, que interessa a elas, que está presente em sua vida e na nossa e que não tem sentido algum ignorar”.*

*PR5. A criança de 0 a 5 tem a idade para brincar e através das brincadeiras que ela vai aprender no tempo certo, construindo conhecimento.*



*PR6. Tranquilamente, sempre reforço as características da faixa etária e falo com eles que é um processo, tudo ao seu tempo e ritmo.*

Na categoria 4, sobre os métodos de alfabetização, dividida em 2 perguntas, é preocupante a ausência de uma noção de que há adoção de métodos, por parte das docentes. Nestes espaços escolares, o método de projetos e os métodos investigativos são os adotados no planejamento das atividades diárias, mas não são citados. Os extratos a seguir são ilustrativos:

Para a pergunta sobre “o que pensam sobre os métodos” seguem alguns extratos.

*PR1. Não tem métodos de alfabetização na Educação Infantil. Através do brincar, das brincadeiras e interações das crianças tem-se o processo de construção de conhecimento.*

*PR11. Penso que não existe um método para se alfabetizar, são construções que se consolidam através das interações e estímulos diários. Os estímulos precisam atender cada criança, então não pode ser um método fixo, até porque cada criança é diferente.*

Estas docentes veem os métodos como algo desnecessário ou negativo, que podem prejudicar o trabalho, esta visão se complementa na questão sobre “quais métodos adotam”:

*PR.8 Não adoto nenhum método de alfabetização, uma vez que trabalho na Educação Infantil. Mas a partir de uma perspectiva construtivista acredito em uma abordagem da Psicogênese da Língua Escrita, onde cabe aos profissionais da educação, fazer a transposição desta abordagem para a sala de aula, transformando os estudos em atividades pedagógicas.*

*PR9. Eu não adoto nenhum método de alfabetização, porque considero que ela é um processo, pois a capacidade de leitura e escrita depende de habilidades adquiridas durante o processo de desenvolvimento infantil. Assim, ele não ocorre em um ano ou seis meses, mas sim desde que a criança nasce.*

Esta discussão, foi muito bem embasada por Soares (2018) que coloca a importância de se utilizar o método correto para cada fase. Para ela, a questão dos métodos não é nova, mas histórica. Neste sentido, para a educação infantil, há sim, a adoção de métodos e, para além dos projetos interdisciplinares, os métodos analíticos e sintéticos, em algum momento se configuram em estratégias para alfabetização. Exemplo disto é a atividade intensa com a literatura infantil, que é utilizada todos os dias. E finalmente, na categoria 5, as propostas adotadas pelas professoras. Temos



100% do grupo pesquisado afirmando que adota a ludicidade como característica principal de suas ações. O brincar tem seu lugar privilegiado e garantido no cotidiano desta escola:

***PR2.** As atividades propostas em meus planejamentos são de acordo com as características da faixa etária em que as crianças da minha sala se encontram. Planejo as atividades com conteúdos propícios para a construção de conhecimento.*

***PR3.** As atividades são bem diversificadas. Geralmente desenvolvo jogos que tenham letras, palavras, onde a criança possa brincar de forma autônoma. Fazemos receitas de alimentos, onde a criança acompanha para fazer seus pratos, listamos palavras, músicas, poesias frente as crianças, propomos recortes e colagem de revistas, jornais, deixamos disponibilizados livros de leituras em armários de fácil acesso as crianças, dentre outras.*

***PR7.** Jogos variados com letras, imagens e escritas; atividades de escrita do nome em suas produções; atividades de escrita do professor enquanto escreva; manuseio de livros e revistas; momento de fala/escuta; interação/envolvimento com músicas, escrita do tema dos projetos, informativos, poesias, parlendas, escritas/reconhecimento do nome; a escolha do livro de história para ler em casa com a família; exposição de livros na área silenciosa/área de Ciências e diferentes momentos de exposição de suas ideias e as dos outros; atividades com o desenvolvimento da coordenação motora fina em diferentes contextos de segurar o lápis e realizar desenhos, pinturas e outros.*

Estas respostas sugerem que há uma ampla noção, por parte das docentes do papel exercido pelo brincar no desenvolvimento das crianças. Por ser uma estratégia legítima na educação infantil, torna-se fundamental na proposição de atividades. Interessante observar que a alfabetização, nesta instituição, não é trabalhada como um conteúdo, mas como conhecimento construído em interação com todos os outros.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados desta pesquisa apontam para uma necessidade de treinamento das docentes no que tange à adoção dos métodos e à argumentação com as famílias sobre a alfabetização como um processo. É necessário compreender, como aponta Ferreiro que muito antes do ensino fundamental, as crianças construíram conceituações a respeito da escrita que correspondem à vários registros. Por um lado, trabalharam cognitivamente sobre as propriedades formais do sistema (as regras de composição dos elementos, assim como a relação entre sequências bem construídas e unidades da língua oral). Por outro, trabalharam cognitivamente sobre o modo de existência da escrita na sociedade.



Nosso papel docente é de auxiliar essas crianças em seu caminho para a alfabetização, levando em conta suas particularidades, necessidades e interesses.

Baseadas nesta reflexão, a adoção de um método que atenda ao princípio de ser, na escrita, um objeto cultural a ser apropriado, percebe-se a necessidade de trazer para a instituição de educação infantil, aquilo que mais dá prazer à criança: brincar! Se brincando é possível se apropriar do mundo e de todas as informações que este contém, brincando elas podem aprender e apreender esse objeto.

Neste mesmo caminho, defendemos que há formas muito mais prazerosas e eficientes que podem contribuir para a construção da escrita pela criança. Nessa perspectiva, os jogos, a leitura de livros e de imagens, a escrita sendo produzida pelo adulto ou pela criança, em diversas situações cotidianas, como a leitura diária de histórias infantis, com recursos variados, atividades de artes como desenho livre, pintura, modelagem são algumas das possibilidades que possibilitam uma passagem mais suave pelo processo e auxiliam na consolidação dos esquemas e das habilidades necessárias à leitura e à escrita.

Muito há ainda que se pesquisar sobre a alfabetização na educação infantil, especialmente sobre a formação de professores, os métodos e as formas de condução das atividades, de forma a torná-las lúdicas e prazerosas para as crianças, com efetivo resultado em seu desenvolvimento e aprendizagem. Estudos sobre atividades lúdicas no ensino fundamental são recomendadas para fins comparativos. Negar que a criança da educação infantil está também em processo de alfabetização é negar sua história, seu direito de acesso ao mundo letrado e oportunidades ricas de interação e construção ativa e prazerosa de um conhecimento que é a porta de entrada na sociedade: a comunicação por meio da leitura e da escrita!

## REFERÊNCIAS

Arruda, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, novembro. 2002.

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. **Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais**. São Paulo: Editora UNESP. 2010.

BRANDÃO, A. C. P.; ROSA, E. C. S. Ler e escrever na educação infantil: discutindo práticas pedagógicas. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2011.



BRASIL, Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 16/7/1990, p.13.563. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccvil/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 02 fev 2019.

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23/12/1996, p.27.833. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccvil\\_03/LEIS/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccvil_03/LEIS/19394.htm). Acesso em: 10 fev 2019.

Critérios para um atendimento em creche que respeite os direitos fundamentais das crianças. Brasília: **MEC-Coedi**.

Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: **MEC/Secretaria de Educação Básica**, 2017.\_

Câmara de Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. Parecer n. CEB 22/98, de 17 de dezembro de 1998. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília, DF, 1998. Disponível em [http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes\\_p0481-0500\\_c.pdf](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0481-0500_c.pdf). Acesso em: 12 Abr. 2019.

Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 abr. 2019.

Decreto de nº 9.765, de 11 de abril de 2019. **Política Nacional de Alfabetização**. Brasília, DF. Abr 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9765.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9765.htm). Acesso em: 13 abr 2019.

CRAIDY, C. M. A educação da criança de 0 a 6 anos: o embate assistência e educação na conjuntura nacional e internacional. In: MACHADO, M. L. A. de (Org.). Encontros e desencontros em educação infantil. São Paulo: **Cortez**, 2002.

FERREIRO, E.O Ingresso na escrita e nas culturas do escrito. São Paulo: **Cortez**, 2013.

Godoy, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n.3, p. 20-29. Mai/Jun. 1995

IBGE -Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo da educação/alfabetização**: Brasília, 1992/2011.

SOARES, M. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: **Contexto**, 2018.

Polli, G. M.; Kuhnen, A. Possibilidades de uso da teoria das representações sociais para os estudos pessoa-ambiente. **Estudos de Psicologia**, Santa Catarina. janeiro-abril/2011, p. 57-64.